

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Temer ficará com ministério de anônimos](#) 2

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: Temer ficará com ministério de anônimos 2

Título: Eletrobras planeja fazer caixa com imóveis 4

Título: Curto-circuito 7

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....7

Título: Eletrobras perde relevância na geração de energia do País 7

Título: País dará primeiro passo com corte de IPI para elétricos 9

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: MARIA LIMA E MANOEL VENTURA****Título: Temer ficará com ministério de anônimos**

Titulares que saem até abril articulam para deixar vaga aos seus secretários executivos

BRASÍLIA - Preso a uma coalizão de partidos que só pensa agora em eleger a maior bancada possível na Câmara dos Deputados em outubro, o presidente Michel Temer já perdeu a ilusão de ter um ministério forte nos seus últimos dias de governo. O entorno de Temer trabalha com a realidade: os cerca de 12 ministros candidatos que deixam suas pastas em 7 de abril articulam para colocar na vaga prepostos que cuidem de seus interesses eleitorais, sem espaço para grandes estrelas. A maioria quer deixar na cadeira seu número dois, os secretários executivos de confiança que, na prática, tocam os ministérios e, consequentemente, os arranjos e obras em andamento. Esse quadro, entretanto, pode sofrer uma guinada se Temer for mesmo convencido a buscar a reeleição. Aí usará a caneta para preencher os cargos de olho na sua foto na urna em outubro.

— Cada um dos ministros que sai sonha em deixar em seu lugar alguém que cuide de seus interesses na campanha, mas o propósito do Michel será que todos os novos ministros estejam preocupados com a defesa do governo. Os substitutos podem ser técnicos, mas têm que estar afinados com o programa e os interesses do governo. O presidente é quem terá o condão de administrar as indicações — diz um dos ministros políticos do Planalto. Na Saúde, por exemplo, o governo voltou a sonhar com um nome estrelado e vai pedir ao PP, do atual ministro Ricardo Barros, para procurar alguém de renome na área. Mas o presidente do partido, o senador Ciro Nogueira (PI) já avisou que o futuro comandante da pasta deverá ser um nome técnico. — Michel voltou à ideia inicial de ter uma estrela no Ministério da Saúde. Esse sonho não morreu e ele vai sugerir ao PP que procure alguém que se imponha pelo nome e pela responsabilidade — afirma um dos interlocutores de Temer. — Isso é especulação. Michel não me pediu nada. O substituto será um técnico — avisa o pragmático Ciro Nogueira, enterrando o sonho de Temer.

APREENSÃO EM MINAS E ENERGIA

A posição do presidente do PP mostra que a nova Esplanada, a partir de abril, será um amontado de técnicos de segundo escalão e políticos menores. No caso do ministério dos Esportes, o ministro Leonardo Picciani (PMDB-RJ) quer deixar em seu lugar o secretário executivo fernando Avelino, ex-diretor do Detran do

Rio de Janeiro e um quadro do PMDB fluminense. — Ele é uma escolha técnica. Foi escolhido por mim para ser secretário executivo — confirmou Picciani ao GLOBO. O futuro escolhido para ocupar a vaga do **Ministro Fernando Coelho Filho, Na Pasta De Minas E Energia**, é aguardado com apreensão no mercado e entre os próprios servidores, que temem um nome de fora e torcem para que seja escolhido o número dois da pasta. O ministério toca uma das principais propostas da área econômica neste ano, a privatização da Eletrobras, e programa uma ampla reforma no setor elétrico. Além disso, tem em mãos os próximos leilões de petróleo e a possibilidade de fazer uma mega licitação: o potencial de arrecadação para os cofres da União chega a R\$ 100 bilhões.

Nos bastidores, a corrida para substituir fernando coelho filho já começou. Ele vai concorrer a uma vaga de deputado federal por Pernambuco, pelo PMDB, após deixar o PSB junto com seu pai, o senador fernando Bezerra coelho. O temor de agentes do setor elétrico é que a troca de ministro signifique uma guinada brusca nos rumos da pasta, que tem atuação elogiada pelo mercado. A solução mais desejada pelo mercado e na própria pasta é colocar o atual secretário executivo, Paulo Pedrosa, como ministro. Esse arranjo poderia manter as atuais ações do ministério, já que Pedrosa é considerado uns dos fiadores técnicos de Minas e Energia. Por outro lado, outra corrente no governo acha que um político vai assumir o posto a partir de abril. Devem deixar a Esplanada, até o fim de março ou início de abril — o prazo de desincompatibilização é 7 de abril — os ministros Marx Beltrão (Turismo), Leonardo Picciani (Esportes), Osmar Terra (Desenvolvimento Social), fernando coelho filho (Minas e Energia), Aloysio Nunes Ferreira (Relações Exteriores), Ricardo Barros (Saúde), Mendonça filho (Educação), Helder Barbalho (Integração Nacional) Gilberto Kassab (Ciência, Tecnologia e Comunicação), Raul Jungman (Defesa), Maurício Quintela (Transportes) e Sarney filho (Meio Ambiente).

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, ainda não decidiu se fica ou se sai para ser candidato a presidente da República. E o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, que encerra seu mandato de senador em janeiro, decidiu continuar no ministério e não vai concorrer a reeleição para o Senado. — Tenho muitas tarefas abertas. Ninguém é insubstituível, mas já sei o caminho das pedras. Outro ministro levaria alguns meses para encontrá-lo — disse Maggi. — Em mais nove meses teremos um outro ministro e mais uma descontinuidade. Acho que, permanecendo, eu ajudo o agronegócio brasileiro, mais do que tendo um novo mandato no Senado.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ana Paula Ribeiro****Título: Eletrobras planeja fazer caixa com imóveis**

Endividadas, estatal e subsidiárias mantêm propriedades como terreno na Lapa, hotel e posto de gasolina

-São Paulo e Rio- Herança dos tempos de bonança das estatais e fruto de decisões administrativas questionáveis do passado, a Eletrobras e suas subsidiárias acumulam uma série de imóveis espalhados pelo país. A empresa, que está se preparando para ser privatizada, "descobriu" esse ativo milionário durante sua reestruturação. O plano de negócios da companhia lista imóveis que incluem prédios inteiros, andares em edifícios, terrenos, um hotel e até um posto de gasolina que a direção pretende vender. Segundo levantamento da empresa, eles podem render entre R\$ 260 milhões e R\$ 500 milhões.

A gestão de patrimônio é comum em grandes empresas, mas o que chama a atenção no caso da Eletrobras é que, entre os seus imóveis, estão itens inusitados como um terreno desocupado há mais de uma década em plena região central do Rio. A alienação do espólio entrou no plano de negócios da empresa, mas até agora nenhum cronograma foi anunciado.

TERRENO DE R\$ 100 MILHÕES NO CENTRO DO RIO

O imóvel mais valioso fica no Rio. Trata-se de um terreno de quase dez mil metros quadrados na Lapa, cuja avaliação é de cerca de R\$ 100 milhões. Ali seria construída a sede da Eletrobras, um espigão de 44 andares que chegou a ser projetado. No entanto, restrições de zoneamento inviabilizaram o projeto, e o espaço está ocioso há anos. Em 2010, a prefeitura chegou a mudar as regras para licenciar o projeto, mas a estatal desistiu em meio às críticas que o plano levantou.

O andar de um edifício comercial da Avenida Presidente Vargas ocupado hoje pelo Centro da Memória da Eletricidade, uma unidade de documentação da estatal, também deve ser colocado à venda. No dia em que O GLOBO esteve no local, o espaço estava fechado. Também estão na lista ao menos outros dois andares em edifícios corporativos na mesma avenida do Centro do Rio que integram o patrimônio da estatal.

As subsidiárias também têm ativos imobiliários curiosos, que devem ser colocados à venda. A Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), por exemplo, é dona de um posto de gasolina, e a Eletronorte, de um hotel, mas as

subsidiárias não dão detalhes sobre a localização e a atual condição deles. Procurada, a Eletrobras não quis falar sobre o assunto.

— As razões para que uma estatal acumule esse tipo de imóvel são várias, mas podem ser resumidas pela expressão má gestão. Foram decisões políticas tomadas no meio do caminho que levaram a isso — avalia Leonardo Miranda, sócio do TozziniFreire Advogados, especializado em energia.

DECRETO DE 2017 DEVE AGILIZAR VENDA DE ATIVOS

A venda desses imóveis entrou na pauta da Eletrobras desde que o atual presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr., assumiu o cargo, em julho de 2016, e iniciou uma reestruturação da empresa. O impulso que faltava para a concretização do plano veio no fim do ano passado, quando o governo federal estabeleceu regras mais ágeis para a venda de bens de empresas públicas e de economia mista por meio do decreto 8.945. A Eletrobras só precisa agora definir o modelo para o processo de concorrência pública a ser adotado para que cada um desses ativos seja vendido, mas ainda não conseguiu estabelecer um programa de alienação.

Desfazer-se de imóveis ociosos, que geram custos de manutenção e impostos, é apenas um dos planos da atual gestão para tornar a empresa mais eficiente e reduzir despesas. Há uma série de outras medidas de redução de custos em curso, como o planejamento de um segundo plano de demissão voluntária para reduzir gastos com pessoal.

A Eletrobras é dona de uma dívida bilionária. No fim do terceiro trimestre do ano passado, era de R\$ 45,1 bilhões. Considerando a dívida líquida (que abate do total os recursos em caixa), o valor é de R\$ 22,7 bilhões, pouco acima de quatro vezes a geração de caixa da empresa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda). Quando Ferreira assumiu, essa relação estava acima de oito vezes, o que indicava uma companhia fortemente alavancada. O ideal seria ficar mais próximo de três, que é a relação dívida/Ebitda de empresas privadas do setor de energia.

— Para um processo de privatização, quanto mais enxuta a empresa estiver, maior será o valor que essa empresa vai atingir. Mas, independentemente de uma privatização, o fato é que nenhuma empresa deve manter bens que não são efetivamente necessários para o serviço público — explicou Fabiano Brito, especialista em energia e sócio do Mattos Filho.

CTEEP TEVE DE CEDER TERRENO À DELEGACIA

O especialista em gestão Luiz Marcatti, sócio da Mesa Corporate Governance, diz que uma empresa do porte da Eletrobras, que tem muitos acionistas, precisa

estabelecer objetivos claros para que os executivos concentrem suas energias no que será essencial para o crescimento e sustentabilidade do negócio.

— A atual gestão está tentando recuperar a empresa e torná-la mais competitiva. O caminho é o correto, o que pode facilitar a privatização mais à frente, mas não é uma solução de curto prazo, já que a empresa é gigante — disse.

A dificuldade de se desfazer de imóveis sem serventia não é exclusividade da Eletrobras. Grandes empresas que foram privatizadas enfrentaram situação similar. A CTEEP, que pertencia à paulista Cesp, por exemplo, foi vendida com uma série de terrenos no seu patrimônio. A empresa, no entanto, não pôde vendê-los porque neles se instalaram órgãos públicos, como delegacias de polícia. O jeito foi fazer a cessão dos terrenos, sem custos, para que delegacias (uma no centro de São Paulo e outras duas no interior) instaladas nesses locais continuassem a funcionar.

Apesar de contar com o portfólio imobiliário para fazer caixa em seu plano de negócios, a principal aposta da Eletrobras para equalizar sua dívida é a venda de ativos na área energética. Antes mesmo da privatização, que se for aprovada pelo Congresso deve ocorrer por meio da diluição da participação da União no seu capital com a oferta de novas ações, a Eletrobras espera vender seis distribuidoras nas regiões Norte e Nordeste. O governo espera arrecadar R\$ 12 bilhões com a privatização, mas o plano enfrenta resistências de funcionários e da bancada nordestina no Congresso.

O plano de privatização por meio de aumento de capital foi avaliado pela agência de classificação de risco Moody's como uma forma de dar maior conforto financeiro à Eletrobras num momento em que o governo federal, principal acionista, não tem como dar suporte ao plano de investimentos da estatal: R\$ 20 bilhões até 2022.

Para Rodrigo Calazans Macedo, sócio da área de infraestrutura do Siqueira Castro Advogados, as mudanças na governança da Eletrobras ajudarão a acelerar o processo de venda de ativos e a própria privatização. A estatal, por exemplo, se credenciou para receber o selo de boa governança de estatais da B3, a Bolsa de São Paulo.

— Não é só uma questão de certificação, mas de estar alinhado a boas práticas de conduta e transparência. Qualquer empresa que se coloque no mercado precisa ter isso — disse.

Colaborou Luana Souza, estagiária, sob supervisão de Lucila de Beaurepaire

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ancelmo Gois****Título: Curto-circuito**

Veja a que ponto chegou a Eletrobras. Entre 2006 e 2015, os bancos ficaram com 46% da “riqueza” gerada pela estatal (o valor adicionado de uma companhia). Ela aumentou muito o endividamento no governo passado e foi obrigada a pagar uma conta pesada de juros. Já os funcionários ficaram com 35% dessa riqueza.

Perdas...

Quem perdeu foi a União — eu, tu, eles —, dona de 60% do capital e principal acionista da Eletrobras. Recebeu os menores dividendos do setor e ainda teve de injetar recursos na companhia. Só em 2016, foram R\$ 3 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Renée Pereira****Título: -*/**

De 2011 para cá, estatal contribuiu com apenas 15% do aumento da expansão do sistema elétrico

Negócios mal sucedidos e o constante uso político da eletrobrás acabaram por minar as forças da estatal na expansão do setor elétrico brasileiro. De 2011 para cá, a participação da empresa na capacidade instalada do País caiu de 36% para 31%. Nesse período, a empresa contribuiu com apenas 15% do aumento da expansão do sistema elétrico, enquanto a iniciativa privada (e estatais estaduais) foi responsável por 85%. Para ter ideia, quando ampliado esse período, entre 2002 e 2016, a eletrobrás participou com 28% da expansão da geração.

Os motivos para a perda de relevância no setor são variados. Historicamente, as controladas da eletrobrás sempre tiveram vida independente da holding e não prestavam contas do que faziam. Cada uma tinha uma estratégia de investimentos, que nem sempre era rentável para o grupo. "As empresas participaram de inúmeros empreendimentos que, em vez de gerarem valor para o grupo, destruíram", afirma o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

Também contribuíram para a deterioração do caixa da estatal os constantes e bilionários prejuízos das distribuidoras -que agora serão privatizadas. Mas, segundo especialistas, a gota d'água foi a MP 579, que a ex-presidente Dilma Rousseff fez para renovar as concessões do setor. Criadas com objetivo de reduzir as tarifas de energia elétrica, as regras também abalaram o caixa das geradoras, em especial da eletrobrás. "Ao mesmo tempo, a estatal estava comprometida com grandes investimentos, como as hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte (onde detinha 49% da participação)", afirma o professor da UFRJ, Nivalde de Castro.

Sem caixa e com compromissos elevados, a empresa foi obrigada a ficar longe dos leilões para arrumar a casa. Na outra ponta, a iniciativa privada aproveitou o espaço e ampliou a participação na geração de energia. Empresas como a italiana Enel, a franco-belga Engie, a Neoenergia e a CPFL avançaram no setor com uma série de parques eólicos e solares, além das grandes hidrelétricas e termoeletricas.

"Faz tempo que o setor deixou de depender do investimento estatal. Hoje o mais importante é ter uma regulação eficiente e previsível capaz de atrair o capital privado", afirma Sales. Com projetos menores e mais baratos comparados às mega hidrelétricas (Belo Monte, por exemplo, vai custar mais de R\$ 30 bilhões), os parques eólicos e solares têm dado grande contribuição à expansão do sistema e elevado a participação de investidores estrangeiros.

Apetite. A italiana Enel é um exemplo do interesse da iniciativa privada por esse tipo de geração. Depois de passar um tempo sem grandes projetos no País, a empresa voltou com apetite e construiu vários empreendimentos. De junho do ano passado até agora, pôs em operação sete parques renováveis (quatro de energia solar e três complexos eólicos), que somam cerca de 1,2 mil MW. A Engie também tem interesse em eólicas, mas quer ampliar a participação na geração a gás.

Entre 2011 e 2016, a capacidade instalada que está nas mãos da iniciativa privada (e também de estatais estaduais) cresceu 37%. Na opinião de Celso Dall'Orto, da consultoria PSR, a eletrobrás só terá novamente papel relevante no setor após sua reestruturação. "Há espaço para a empresa, mas depois de vender as SPEs e as distribuidoras e conseguir ter uma estrutura mais enxuta.

O presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr, acredita que a empresa ainda retomará o pro-tagonismo no setor. "Com a criação da corporação, objeto do projeto de lei enviado ao Congresso, a eletrobrás vai retomar os investimentos para sustentar o crescimento e desenvolvimento econômico do País."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor:****Título: País dará primeiro passo com corte de IPI para elétricos**

O Brasil, na opinião de especialistas, dará um primeiro passo a caminho da automação nos próximos dias, quando for publicada medida que reduz o IPI para carros híbridos e elétricos.

"A eletrificação é fundamental para o desenvolvimento da condução autônoma", diz o vice-presidente da Ford para a América do Sul, Rogelio Golfarb, confirmando que os carros do futuro serão eletrificados, conectados e autônomos.

A redução dos impostos, que no caso do carro elétrico vai cair de 25% para 7%, mesma alíquota prevista para o híbrido, deve melhorar o acesso aos produtos importados para difundir a tecnologia no País.

Embora distante, a tecnologia dos autônomos já tem aprovação de brasileiros. Pesquisa da consultoria Deloitte mostra que, entre 1,5 mil entrevistados, só 25% consideram inseguro o carro sem motorista, porcentual que há um ano era de 54%.

O resultado mostra que os brasileiros estão menos céticos do que a média de 22 mil consumidores de 17 países ouvidos no início do ano. O resultado geral da pesquisa indica que 41% não confiam em andar em um carro autônomo. Em 2017, o receio era maior - 67%. Nos EUA, 47% dos entrevistados dizem não se sentir seguros, embora essa fatia fosse de 74% no ano passado. Na Alemanha o porcentual de céticos caiu de 72% para 45%.

"A redução da desconfiança em todos os mercados é resultado do maior acesso a informações sobre o progresso no desenvolvimento dos carros autônomos, tendo em vista que é uma realidade que está próxima, pois várias empresas anunciaram lançamentos para breve", diz Carlos Ayub, da Deloitte.

Outro destaque é que, na média geral, 45% dos entrevistados confiam mais nas grandes montadoras para desenvolver e produzir carros que dispensam o motorista, em vez de empresas de tecnologia. Essa também é a escolha de 52% dos brasileiros.

Outro item em que os brasileiros destoam é o custo. A maioria dos consumidores de países como Alemanha (50%), Bélgica (55%) e França (58%)

não quer pagar mais por esses carros. Já 68% dos brasileiros aceitariam gastar um adicional na compra de um autônomo. /c.s. e t.o.

MME / ASCOM .